

Uma interpretação do novo desenvolvimentismo a partir da conjuntura econômica da América Latina

José Alex Rego Soares

I L P E S



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Este documento foi preparado por José Alex Rego Soares, Doutorando pelo Programa de Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP).

O documento foi elaborado no marco das Primeiras Jornadas de Planejamento Econômico e Social 2013, organizadas pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). A revisão e preparação de todos os trabalhos foi levada a cabo por Paulina Pizarro, sob a coordenação geral de René A. Hernández.

Agradecem-se os comentários e o apoio do comitê liderado por Jorge Máttar, Diretor do ILPES, e integrado por Rudolf Buitelaar, René A. Hernández, Luis Miguel Galindo, Eduardo Aldunate, Luis Mauricio Cuervo, Sergio González, Juan Francisco Pacheco, Daniel Perrotti, Luis Riffo, Carlos Sandoval, Alicia Williner e Lucy Winchester.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a posição da CEPAL. Este documento não foi submetido à revisão editorial.

Índice

| | |
|--|----|
| Resumo | 5 |
| Introdução..... | 7 |
| I. O desenvolvimento econômico..... | 9 |
| II. A lógica de um pensamento | 13 |
| III. O (novo) desenvolvimentismo | 17 |
| IV. Conclusão | 23 |
| Bibliografia | 25 |

Índice de quadros

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | Taxa do PIB em termos percentuais de crescimento das economias selecionadas da América Latina..... | 14 |
| Quadro 2 | América Latina e o Caribe: reservas internacionais globais | 15 |
| Quadro 3 | Antigo desenvolvimento e novo desenvolvimento | 20 |

Resumo

Este artigo visa abordar de maneira crítica não apenas o conjunto de políticas que se denominou de (neo) liberal na América Latina, como também fazer uma análise crítica das teses do (novo)desenvolvimentismo que se colocam como alternativas às políticas anteriores. O (novo) desenvolvimentismo aparece muito mais em função da própria incapacidade de resposta aos problemas que as teses (neo) liberais se dispuseram a equacionar. Efetivamente não é uma ideia força de um pensamento contemporâneo autônomo que se propõe a construir uma tese espontânea, tampouco uma teoria econômica. Em outras palavras, é uma soma de valores, ideias, instituições e políticas econômicas.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, (neo)liberalismo, (novo)desenvolvimentismo, América Latina.

Classificação JEL B50, N00, F5

Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar de forma crítica as políticas que ao longo dos anos noventa se denominou (neo) liberais e a partir disso fazer uma análise crítica das teses do (novo) desenvolvimentismo frente à conjuntura econômica latino americana e a necessidade de manter a pauta do desenvolvimento econômico em evidência.

A temática do desenvolvimento econômico nessa primeira década do século XXI ganhou bastante evidência, em especial nos que diz respeito à construção de um modelo autônomo para América Latina.

Muito desse fôlego renovado da temática se deve em grande parte ao resultado dos pífios resultados do modelo (neo) liberal¹, modelo este que esteve presente em praticamente todos os países da América Latina, a partir da segunda metade dos anos oitenta, com seu grande ápice na primeira parte dos anos noventa. Praticamente todos os países do continente americano adotaram esse modelo².

A hegemonização do pensamento (neo)liberal praticamente interditou toda discussão sobre um modelo de desenvolvimento econômico autônomo, fazendo com que a base de todo o debate se restringisse a elementos de política macroeconômica, em especial estabilidade de preços.

A resposta dada à experiência produzida dentro do modelo de Industrialização por Substituição de Importação foi considerada ineficiente naquele momento, uma vez que as necessidades de mudanças estruturais que deveriam nortear as políticas econômicas se resumiram à

¹ No nosso entendimento não existe nada de novo no conceito de neoliberalismo, apenas uma outra forma de apresentação do projeto liberal, forma essa inclusive paradoxal ao conceito de liberdade, justamente por ser conduzido na maioria dos casos por Estados que utilizaram de instrumentos questionáveis para implementação de suas políticas. “Neo” é um liberalismo conduzido pelo Estado, onde o liberalismo conduz a uma mudança do papel do Estado na sociedade.

² É bom chamar atenção que o primeiro países a ter de fato como referência o modelo neoliberal na América Latina foi o Chile, depois da queda do Presidente Salvador Allende e a tomada do poder por uma junta militar, comandada pelo General golpista Augusto Pinochet em 1973. No Governo de Pinochet prevalece o grupo de tecnocratas (alunos de M. Friedmann), onde acabam impondo um programa econômico que tinha como viés a desmontagem da Indústria “artificial”, em função de ser uma economia pequena e, portanto, não ter uma economia de escala. Em função disso, não tem sentido copiar o modelo Asiático, já que economia chilena era rica em recursos naturais. O Chile elimina todos os elementos de proteção comercial, constitui uma tarifa única de 13% em alguns casos até 16% que poderia chegar a 5% nas importações. Abriu mão do elemento da diferenciação dos setores e constituiu uma política industrial horizontal.

política dos ajustes de mercados (câmbio, trabalho, etc), enfraquecendo qualquer tentativa de se superar os dilemas do subdesenvolvimento, desigualdade do progresso técnico entre centro e periferia, concentração de renda e heterogeneidade estrutural.

Essas novas diretrizes de política econômica deixaram de analisar a América Latina como uma área peculiar em função de suas particularidades de formação histórica frente ao resto do mundo. Uma região que se atrasava frente ao desenvolvimento de outros países, vinculado ao nosso passado colonial. A sua formação histórica ficou esquecida, as teses do (neo) liberalismo jogaram por terra todo um esforço metodológico e teórico de interpretação da América Latina, adotando assim uma interpretação universal da teoria econômica, onde a liberdade de alocação, a livre mobilidade dos agentes para se deslocar a fim de encontrar seu ponto “ótimo”, em função da sua capacidade de ajuste automática frente às variações apresentadas pelos demais agentes do mercado (Soares, 2005).

Os anos 90 para o pensamento econômico e social na América Latina define que não existe uma teoria econômica particular, mas uma teoria econômica pura que se encaixa em qualquer espaço do globo e assim essas ideias tornaram-se preponderantes nas discussões.

Perdeu-se a capacidade de interpretação do nosso desenvolvimento descolando a economia do contexto social, político e histórico, dando a economia o poder de auto explicação. Prado destaca de maneira cética esse poder auto-explicativo da economia: “Os fatos econômicos, como quaisquer fatos não se explicam por si, e sim por aquilo que os precedeu; ou antes, pelo processo que os engendrou” (Prado, 1954:29).

Contudo, o que passou a ser aplicado pelo mainstream como uma grande fórmula de sucesso é deveras questionável sobre seus efeitos reais nas economias latino americanas, uma vez que os resultados para o continente da América Latina não foram os mais satisfatórios em termos de crescimento econômico, trazendo para ordem do dia um conjunto de críticas: a incapacidade do modelo (neo)liberal de sustentar uma taxa de crescimento econômico, juntamente com uma baixa resposta à integração regional e respostas convincentes ao de um modelo econômico capaz de superar vários atrasos na estrutura social e econômico, bem como o aprofundamento dos velhos problemas sociais.

Os resultados do desempenho do PIB no transcorrer dos últimos anos nos mostram o grau da problemática a ser enfrentada. De 1981-1990, a média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1,2% na América Latina contra uma média de 3,3% no período de 1991-2000, e média de 3,3% no período de 2001-2010, muito aquém ainda das necessidades da região (CEPAL, 2011).

I. O desenvolvimento econômico

A busca pelo desenvolvimento nesse começo de século XXI torna o debate muito mais complicado, comparado ao que se pautava em meados do século passado, quando a condição do desenvolvimento passava, segundo Rodriguez (1985), por estrutura de política de desenvolvimento: a) condução deliberada do processo de industrialização b) critérios de alocação de recursos c) planificação do desenvolvimento d) papel do Estado.

A base passava essencialmente por um processo de Industrialização por Substituição de Importação (ISI), dada pela própria tentativa de definição - resgatadas dos documentos primários da CEPAL.

Rodriguez destaca muito bem essa tentativa de definição:

“... o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Considera-se que esse crescimento depende da adoção de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por homem ocupado. A maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessária para garantir sua continuidade.” (Rodriguez, 1981: 36).

A definição que Rodriguez desenvolve é bem clara em relação ao que podemos compreender sobre o conceito dentro da conjuntura política. O conceito, de um modo geral, vai de encontro com a lógica do pensamento clássico, quando os mesmos buscavam definir desenvolvimento e bem-estar social, em particular Adam Smith, 1988.

A. Smith entendia que o bem-estar humano dependia da quantidade do “produto do trabalho” anual e dos “números dos que deveriam consumi-lo”. E ainda, o bem estar aumentaria à medida que a composição do produto poderia ser aumentada de forma que a necessidade e o desejo daqueles que consumissem o produto aumentasse (Hunt, 2005).

Gurrieri corrobora com argumentação de Rodrigues na interpretação de desenvolvimento dada pelos “velhos desenvolvimentistas” em especial pelo seu principal teórico, Raúl Prebisch– no papel do progresso com força motriz do desenvolvimento.

“Ao definir sua ideia de desenvolvimento de maneira mais específica, ele recorre à visão dos economistas clássicos: o progresso técnico consiste em um processo de elevação dos níveis de produtividade real e da força de trabalho, obtido com a adoção de métodos produtivos mais eficiente; os principais frutos desse progresso são a elevação da renda e das condições de vida da população”(Gurrieri, 2011:17)

Uma leitura clássica do conceito de desenvolvimento, resultado daquele momento em especial, todavia, as pesquisas na área econômica buscaram incorporar outros elementos para dimensionar o desenvolvimento econômico, social. Mesmo que construído numa base da teoria clássica –o conceito de desenvolvimento que passa pelo bem estar material– as condições da construção explicativa do caráter do subdesenvolvimento da América Latina, é extremamente inovador e criativo, fugindo as explicações evolucionistas e convencionais.

Em termos gerais, passa pela deterioração dos termos de troca como ponto central e por um aumento da produtividade trabalho, articulada com a capacidade de planejamento econômico e pela capacidade de intervenção do Estado frente à própria fragilidade do capital nacional em constituir mecanismos de acumulação de capital.

Configurada numa macroeconomia baseada nos recursos naturais, uma das principais características dos países latinos, exportadores de produtos naturais, e a própria incapacidade de financiamento interno.

Esse quadro traz alguns problemas essenciais a serem resolvidos pelos países latino-americanos, a dependência em relação às economias centrais e aos ciclos econômicos.

O modelo de Industrialização por Substituição de Importações de certa forma conseguiu resultados inegavelmente positivos no que diz respeito a se estabelecer uma base industrial mínima. Todavia, a crise do endividamento do final dos anos 70 e começo dos anos 80 marcou um divisor de águas, já que coloca um ponto final nessa fase.

O esgotamento do modelo keynesiano nos países centrais e a crise da dívida externa que atingiu a América Latina no final dos anos 70 e começo da década de 80 geraram uma “asfixia financeira” no financiamento do desenvolvimento da América Latina e uma “crescente subordinação do processo produtivo aos interesses do sistema financeiro” como destaca (Bielschowsky, 2000:59).

A crise dos anos 80, ao interromper o fluxo financeiro internacional (Ffrench-Davis & Griffith-Jones, 1997), mostrou-nos o quanto estavam frágeis às condições das nas quais foram constituídas as bases do modelo do pós-guerra para alavancar o financiamento do nosso desenvolvimento.

Nesse ponto em particular o financiamento do desenvolvimento procuraremos fazer uma ressalva a fim de contextualizar essa questão, até porque entendemos que esse ponto é dos menos explorados pelos autores do “velho desenvolvimentismo” deixando de certa forma uma lacuna para ser preenchida (estudado).

O problema da falta de financiamento para o desenvolvimento e seus impactos no processo de integração da América Latina não é nenhuma novidade. Já no início do século XIX, muito pouco tempo depois de finalizada a maioria dos processos de independência na região, os governos latino-americanos recentemente estabelecidos recorreram de maneira isolada e muito menos coordenada aos mercados de capitais internacionais, especialmente da praça de Londres, para fazer fontes de financiamentos. Entre o período 1820-1822 sete países latino-americanos, em seu conjunto, colocaram títulos públicos no referido mercado num valor de 20 milhões de libras, dinheiro que, como bem salienta Frank Griffith Dawson, malogrou-se com grande rapidez (Griffith Dawson, 1998: 17).

Se à primeira vista é plausível concluir que a deficiência estrutural da região pode ser rastreada desde o começo dos processos de independência, ao mesmo tempo deve se destacar que particularmente em certos períodos do século XX os fluxos de financiamentos não foram suficientes para suprir as necessidades dos países do terceiro mundo (Griffith Jones, 1984: 21).

Desta maneira, é possível afirmar que um dos grandes problemas que persiste na América Latina é a dificuldade que os países tem em consolidar mecanismos autônomos de financiamentos para seu desenvolvimento.

Isso se reflete na falta de uma poupança interna que, em longo prazo, fosse capaz de financiar o desenvolvimento, constituindo em uma constância quase ininterrupta dos países da necessidade de busca de financiamento externo, que se pudesse materializar em investimentos internos e assim ajudar apagar o processo de desenvolvimento de longo prazo não apenas no século XX, como também nesse atual século.

Como foi destacado esse ponto, os primeiros desenvolvimentistas se detiveram muito pouco tempo frente a esse ponto. Os neoliberais colocam o problema dentro de uma perspectiva de absorção da poupança externa via abertura da conta capital e necessidade de fazer poupança interna dentro dos modelos clássicos de política econômica, redução do déficit público, aumento da taxa de juros para frear o consumo.

Em alguns casos, mostrou-se como foi negligenciada a constituição de mecanismos regionais mais orgânicos e autônomos no financiamento do desenvolvimento regional e na integração regional (Girón,2006;Kregel, 2006), se assim podemos chamar, para conduzir não apenas um modelo de desenvolvimento regional ou sustentar a industrialização por substituição de importações (ISI), mas também para conseguir conduzir uma integração regional eficiente no âmbito produtivo e financeiro³.

A dependência da transferência líquida de recursos do exterior no período de 1990-1997 foi altamente improdutivo. Além disso, nesse período a América Latina enfrentou uma série de crises dada sua fragilidade externa (Ocampo,2007).

³ Apesar de termos construído ao longo de vários anos algumas instituições de fomento importante para consolidação da integração regional (BID, CAF, Fonplata, BNDES e mais recentemente o Banco do Sul), para tentar responder de maneira efetiva o financiamento da infraestrutura na América Latina. Em 2000 foi criada a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

II. A lógica de um pensamento

As teses (neo)liberais impuseram ao conjunto dos países da América Latina uma pauta que não se concentrou apenas na discussão sobre a estabilização financeira e uso da política monetária, superávit primário como condição necessária para estabilizar a relação dívida PIB e abertura da conta de capital e privatizações. O debate que se colocou foi muito mais extenso e pautou diretamente a base do modelo de discussão sobre o alicerce de um modelo de desenvolvimento autônomo, tanto é que, apesar das derrotas eleitorais as mesmas continuam ter grande peso política no seio da sociedade, as mesmas continuam a ter grande influência e ainda continuam a fechar a discussão das bases de um processo de integração regional, pautando o debate sobre as políticas públicas e as relações comerciais, justamente nessas questões ainda tem um forte apelo as ideias gerais do processo de reorganização da discussão sobre a divisão internacional do trabalho, que decorreu de um processo que impactou na articulação de um novo papel da indústria. Uma indústria mais seletiva, que foi capaz de resistir à abertura da economia e a própria dinamização dos setores ligados às exportações de produtos “tradicionais” na economia latino-americana, resultou em ganhos positivos para maioria das economias.

O resultado parece criar uma confusão, já que tantos os autores que “reivindicam” as teses da ortodoxia, (neo) liberais, como um conjunto de autores que se colocam como herdeiros de um novo desenvolvimentismo, colocam-se tanto um quanto o outro, responsáveis por essa nova onda de crescimento. Uns argumentam que esse ciclo de crescimento respondeu às reformas que ocorreu nas últimas décadas e outros, que as ações propositivas do Estado foram responsáveis pela implementação do mesmo. O que não podemos perder de vista é que esse ciclo de crescimento positivo das economias latino-americanas se deve a um conjunto de fatores que se entrelaçam. Sendo assim, não podemos deixar de destacar que o bom comportamento das economias latino-americanas se deve em parte a alguns fatores externos que somados conduzem a um efeito positivo em nossas economias, como bem sinaliza Ocampo:

“... o auge atual deve-se basicamente à coincidência de dois fatores de origem externa que não ocorriam simultaneamente desde os anos 1970: bons preços das matérias primas e excepcionais condições de financiamentos externos. A história econômica da América Latina mostra que tal combinação conduz inequivocamente a um rápido crescimento econômico.” (Ocampo, 2007:79).

O aumento dos preços das commodities está dado pelo aumento da demanda chinesa e pela especulação financeira (política monetária dos E.U.A: taxa de juros baixos e crédito abundante).

O problema da deterioração dos termos de troca dentro de algumas abordagens estaria resolvido, dado que os produtos primários constituem elevado conteúdo tecnológico, segundo Sinott apud Carneiro (2011).

O desenvolvimento tecnológico, ao contrário do que poderia prever, propiciou uma ampla base tecnológica sobre os recursos naturais. Isso garantiria assim uma inversão histórica da deterioração dos termos de troca, essa afirmação não poderia ser feita de maneira contundente ou definitiva. No mínimo, o que percebemos é uma relação do comportamento de indefinição dessa situação.

Apesar de não termos uma variação significativa da diversificação dos produtos exportados, podemos notar uma tendência de preços favoráveis e uma certa estabilidade dos preços das manufaturas, garantida em parte pelas exportações chinesas, causando uma deflação de preços manufaturados. Dentro do debate sobre a estabilidade macroeconômica, muitos autores colocam esse fenômeno de exportações de manufaturas como o grande responsável por essa estabilidade, ao contrário de A. Greenspan, que entende que isso se deve essencialmente a baixa taxa de juros da economia americana.

A bonança pós 2003 das economias latino americanas foi fundamentalmente dada por esse quadro externo que colocamos, e isso repercute essencialmente no bom desempenho do PIB das principais economias latinas americanas, conforme podemos observar logo abaixo na quadro 1.

QUADRO 1
TAXA DO PIB EM TERMOS PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO
DAS ECONOMIAS SELECIONADAS DA AMÉRICA LATINA
(Em porcentagem)

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|
| Argentina | 9,2 | 8,5 | 8,7 | 8,8 | 0,9 | 9,2 | 9,0 |
| Brasil | 3,2 | 4,0 | 6,1 | 5,2 | -0,3 | 7,5 | 2,9 |
| Chile | 5,6 | 4,6 | 4,6 | 3,7 | -1,7 | 5,2 | 6,3 |
| Colômbia | 4,7 | 6,7 | 6,9 | 3,5 | 1,5 | 4,3 | 5,5 |
| México | 3,3 | 5,1 | 3,4 | 1,2 | -6,3 | 5,6 | 4,0 |
| Venezuela (República Bolivariana da) | 10,3 | 9,9 | 8,8 | 5,3 | -3,2 | -1,5 | 4,2 |
| América Latina | 4,6 | 5,6 | 5,7 | 4,0 | -2,0 | 6,0 | 4,3 |

Fonte: Elaboração própria. Dados Cepal (2011): disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

Esse ciclo de crescimento nesses últimos anos, apesar da acomodação de 2009, não deve ser observado ainda como um fenômeno autônomo e sustentável no longo prazo para essas economias.

Uma das condições positivas que se apresenta faz referência às reservas internacionais que se apresentam bem colocadas, e o que podemos estar presenciando nesse momento em especial é uma condição de melhoria de endividamento externo (Ocampo, 2007).

O reflexo desse bom momento é o um superávit em conta corrente repercutindo assim nas reservas internacionais conforme o quadro 2, bastante significativas, onde salta de US\$ 150 bilhões em 2001 para quase US\$ 800 bilhões em 2011. Alguns países da região, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai, dispõem de mais de 20% do PIB em reservas; a Bolívia em particular chega a 51,5% do PIB. Brasil, Bolívia, Uruguai e Peru dispõem de reservas que cobrem mais de um ano de importações, caso raro nos países latinos (Balanço Preliminar, CEPAL, 2011).

Ainda que possamos dispor nesse momento de um grande volume de divisas, as mesmas não são seguras, podemos incorrer no futuro em problemas sérios de divisas, justamente se ocorrer uma mudança de conjuntura internacional. Nesse ponto Prebisch chama muito bem atenção a essa questão ao dizer que:

“A maioria dos países em desenvolvimento conta com uma margem de segurança escassa ou inexistente para enfrentar as diminuições acentuadas da disponibilidade de divisas.” (Prebisch, 2000: 408).

QUADRO 2
AMÉRICA LATINA E O CARIBE: RESERVAS INTERNACIONAIS GLOBAIS
(Em milhões de dólares)

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 ^a |
|--------------------------------------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------------|
| América Latina e o Caribe | 164950 | 197812 | 225 874 | 262 367 | 319 198 | 459 305 | 512 398 | 567 227 | 761 519 |
| Argentina | 10 420 | 13 820 | 19 299 | 27 262 | 31 167 | 45 711 | 46 198 | 47 967 | 47 523 |
| Bolívia (Estado Plurinacional da) | 897 | 1 096 | 1 272 | 1 798 | 3 193 | 5 319 | 7 722 | 8 580 | 11 903 |
| Brasil | 37 823 | 49 296 | 52 935 | 53 799 | 85 839 | 180 334 | 193 783 | 238 520 | 352 928 |
| Chile | 15 351 | 15 851 | 16 016 | 16 963 | 19 429 | 16 910 | 23 162 | 25 371 | 38 673 |
| Colômbia | 10 540 | 10 608 | 13 220 | 14 634 | 15 109 | 20 607 | 23 672 | 24 992 | 32 746 |
| México | 50 674 | 59 028 | 64 198 | 74 110 | 76 330 | 87 211 | 95 302 | 99 893 | 141 088 ^b |
| Paraguai | 641 | 983 | 1 168 | 1 293 | 1 703 | 2 462 | 2 864 | 3 861 | 4 881 |
| Peru | 9 690 | 10 206 | 12 649 | 14 120 | 17 329 | 27 720 | 31 233 | 33 175 | 48 765 |
| Uruguai | 772 | 2 087 | 2 512 | 3 078 | 3 091 | 4 121 | 6 360 | 7 987 | 10 362 |
| Venezuela (República Bolivariana da) | 14 468 | 21366 | 24 208 | 30 368 | 37 440 | 34 286 | 43 127 | 35 830 | 29 302 |

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com base em dados do Fondo Monetário Internacional (FMI) e entidades. Balanço preliminar das economias da América Latina e do Caribe 2011. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>.

^a Saldo em outubro.

^b Saldo em setembro

Ocorreu uma evolução constante de 2002 até 2011 do volume de reservas internacionais, saltando de US\$ de 165 bilhões de dólares para US\$ 761 bilhões, um aumento de mais de quadro vez no período das reservas, propiciando um colchão de recursos até então inédito para grande maioria dos países da América Latina.

A utilização de parte desses recursos de forma objetiva seria uma maneira de fugir da financeirização desses recursos e disponibilizá-los na economia real, ajudando assim a consolidar uma base material das economias latino-americanas, com base em recursos próprios, aproveitando a janela de oportunidade que se tem nesse momento, esquivando-se da aquisição de recursos externos e aproveitando o bom momento das economias locais, para tanto faz necessário um planejamento econômico alinhado com uma política de integração regional.

III. O (novo) desenvolvimentismo

A partir do quadro que desenhamos logo acima sobre os componentes gerais da economia latino-americana e pela perda de influência do pensamento (neo)liberal em todo o continente, apresentou-se de maneira mais consistente a constituição de um pensamento a partir do qual se elabora uma base teórica que reivindica o resgate do pensamento desenvolvimentista de maneira autônoma e própria (Bresser-Pereira, 2004).

Contudo, faz-se necessário colocar alguns elementos para buscar uma interpretação mais precisa sobre essa tese do (novo) Desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2010, 2006; Siscu, et al., 2007).

Como foi realçado, o (novo) desenvolvimentismo aparece muito mais em função da própria incapacidade de responder aos problemas que se dispuseram a equacionar do que efetivamente uma ideia força de um pensamento contemporâneo autônomo que se propõe a construir uma tese espontânea. Essa análise decorre da própria formação desse pensamento desenvolvida pelo seu principal expoente Bresser-Pereira, homem que circulou em vários governos, inclusive os ditos (neo)liberais.

Novo desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2010) destaca, não é uma teoria econômica, mas sim uma estratégia. E em outras palavras, é a soma de valores, ideias, instituições e políticas econômicas segundo o próprio autor.

No interior das teses do (novo) desenvolvimentismo não se constrói uma análise mais profunda e sistemática dos países da América Latina e muito menos da Ásia a fim de mostrar quais os motivos que levaram essas economias a se destacar, ainda mais frente à utilização de instrumentos de política econômica ortodoxa quando foi necessário (Fiori, 2011). A análise é frágil em relação à atual conjuntura econômica, não apenas dos países latinos, mas também do Brasil, onde ocorre um debate.

A verdadeira razão ou motivo dessa atual fase de expansão das economias da América Latina ficou fora dessa análise e não se aprofundou. Nesse caso, os (novos) desenvolvimentistas se concentram em conduções de políticas econômicas bem direcionadas, e nesse caso enfatizamos que ainda falta um enfoque mais teórico dessa proposta, como podemos observar logo abaixo:

“O novo desenvolvimentismo é um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. É o conjunto de ideias que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões

dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização de conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrente.” (Bresser-Pereira 2010:17)

O autor em questão não se preocupou em buscar construir essa teoria e se colocou em termos abstratos, como valores, ideias e instituições, apegando-se a uma primeira leitura bastante focada no crescimento e apenas organizando uma estrutura complexa produtiva que de certa forma Furtado já levantava e buscava superar (Furtado, 1986.)

E, ainda mais, não se verifica nos autores (Bresser-Pereira, 2010, 2006, 2004; Bresser-Pereira, Gala, 2010; Siscu, et al., 2007) do (novo) desenvolvimentismo uma análise mais profunda sobre o papel da integração regional em economia com vários graus de desenvolvimento, como é o caso da América Latina, como se isso fosse inviável. O que vemos logo abaixo por um de seus principais expoentes no Brasil:

“O novo desenvolvimento é mais adequado aos países de renda média do que os países pobres, não porque os países pobres não necessitem de uma estratégia nacional de desenvolvimento, mas porque suas estratégias envolvem realizar a acumulação primitiva e a revolução industrial ou, em outras palavras, porque os desafios que enfrentam são diferentes dos enfrentados pelos países de renda média” (Bresser-Pereira, 2010:17).

Aqui podemos colocar que o mesmo acaba flertando com as teses etapistas e mesmo com uma leitura de que todos os países precisam passar por algum tipo de revolução industrial para se integrar de fato ao sistema econômico capitalista. Essa, sem dúvida, é uma visão polêmica que precisa ser melhor esclarecida, já que os velhos desenvolvimentistas tinham uma preocupação concreta com a integração da região.

O debate do (novo) desenvolvimentismo é de contexto, justamente por querer sustentar num período fora do contexto histórico. Em outras palavras, esses autores olham o passado em especial o período da gold age, que foi um momento muito particular do desenvolvimento das forças capitalistas, quando se constituiu uma polarização entre dois modelos de sociedade, capitaneado por duas superpotências econômicas e militares (E.U.A e União Soviética). O conjunto de concessões que foram aplicadas aos trabalhadores nos países centrais foi uma compensação da guerra fria, esse quadro não vai se repetir mesmo com um alto grau de acumulação de riquezas, pelo contrário estamos observando uma deterioração das heranças do estado do bem estar social.

Nos países periféricos a expansão da industrialização foi constituída por uma série de fatores que econômicos decorrentes do próprio sucesso do período e de políticas de direcionadas pela articulação da relação entre países centrais e instituições financeiras de fomento, o que de certa maneira foi preponderante na formação do período de industrialização pós-guerra (Webb, 2003; Thorp, 1998).

As teses do (novo) desenvolvimentismo querem encontrar numa conjuntura econômica e política bem distinta, dentro do quadro de uma crise internacional que afeta em especial os países centrais e ao mesmo tempo constitui a formação de um novo cenário econômico e político, com a apresentação da China como grande potência econômica, política e militar. Essa análise mais aprofundada da conjuntura internacional é pouco explorada, em função do caráter reflexo das economias latino-americanas no cenário internacional. Nesse ponto existe um limite de interpretação da economia internacional dentro das teses do (novo) desenvolvimentismo.

Nos vários autores (Bresser - Pereira, 2006, 2010; Siscú et al., 2007) destaca-se o tom de uma relação entre mercado forte depende do Estado forte, ou ainda uma interpretação de que o mercado é fraco e para tornar o mercado forte é preciso diminuir a participação do Estado na economia (Bresser-Pereira e Gala, 2010).

Os autores abaixo reafirmam esse ponto de maneira categórica:

“A alternativa novo-desenvolvimentista aos males capitalistas é a constituição de Estado capaz de regular a economia –que deve ser constituída por mercado forte e um sistema financeiro funcional– isto é que seja voltado para o financiamento da atividade produtiva e não para atividade especulativa” (Siscu et al., 2007:512).

Diminuir o tamanho do Estado estabelece uma outra questão que fica em aberto: qual seria o tamanho ideal do Estado? Ou seja, na abordagem que se apresenta, fica a questão estabelecida de uma resolução macro econômica, como se uma maior interferência diminuiria a capacidade de acumulação capitalista e seu desenvolvimento ou uma menor participação do Estado seria ideal à dinâmica de reprodução do capital ou vice versa. O que não se leva em consideração é que o papel do ideal é dado pela necessidade daquele momento histórico das necessidades de reprodução do capital.

Uma leitura que deixa a desejar, pois, entender que existe uma necessidade de Estado forte para constituir um mercado forte, limita a análise de tal maneira que o Estado é em primeiro lugar fraco, pressuposto que não corresponde à realidade da dinâmica do capitalismo. O Estado não necessariamente precisa ser um agente produtivo ou planejador em última instância para ser forte. O Estado capitalista é resultado da própria dinâmica do capital e é, portanto, uma relação social, entre grupos sociais desiguais.

O Estado é forte pelo fato de concentrar a violência dentro de uma perspectiva social, onde as junções de poder são definidas pelos grupos sociais mais bem localizados no seu interior e, portanto, como vimos, a crise de 2008 mostrou a capacidade de interferência no sentido de tentar assegurar a lógica de reprodução do capital.

Apresentou-se não apenas para “salvar” o capital, mas, o mais importante, como agente no processo de transferência de renda do conjunto da sociedade para os setores atingidos, mesmo que a maioria se manifeste contra, isso só pode se realizar definitivamente com a condução de medidas impopulares por um Estado forte que é reflexo e refletor dos interesses do mercado, que se materializa em oligopólios.

Esse ponto em particular das teses dos (neo)desenvolvimentista é a base mais frágil, reduzindo a questão a uma maior ou menor intervenção do Estado na economia e deslocando o debate para terreno da macroeconomia (Fiori, 2011).

Ainda dentro da análise que nos debruçamos, observamos uma falta de originalidade em relação à construção teórica. O (novo) desenvolvimentismo considera o modelo de substituição de importação superado (Besser-Pereira, 2010). O modelo exportador é visto como uma tese original, dada a capacidade de articulação que o mesmo teria com mão-de-obra barata e com a condição de comprar ou copiar tecnológica disponível.

Em termos gerais, uma capacidade de constituição de política industrial ativa, é dada dentro de um conjunto de metas para serem levadas e articuladas com o próprio capital fato levado em consideração e destacado por Prebisch, quando o mesmo chama atenção da consolidação de um mercado comum latino-americano justamente para “Atenuar o declínio do coeficiente de importações, seria a exportação de produtos manufaturados de países da América Latina para outras partes do mundo” (Prebisch, 2011: 350).

Onde o mesmo desta justamente naquele momento essa estratégia, sendo conduzida pelos países asiáticos, ou seja, a busca de nichos tecnológicos.

Nesses aspectos as teses do novo desenvolvimentismo deixam passar algumas contribuições originais de alguns pensadores latinos importantes e mais não percebem que o problema do desenvolvimento econômico avança muito além da esfera puramente econômica, confrontando-se com as questões políticas, sociais e pelo próprio grau de interação dessas economias no mundo.

A proposta de integrar o (novo)desenvolvimentismo ao debate atual sobre os rumos da economia brasileira e da América Latina nesse começo de século XXI fez o constituir um quadro comparativo.

QUADRO 3 ANTIGO DESENVOLVIMENTO E NOVO DESENVOLVIMENTO

| Antigo desenvolvimento | Novo desenvolvimento |
|--|--|
| A industrialização é baseada na Substituição de Importações | Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte |
| O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos | O estado deve criar oportunidades de investimentos e reduzir as desigualdades econômicas |
| A política industrial é central | Política industrial é subsidiária |
| Atitude mista em relação aos déficits orçamentários | Rejeição dos déficits fiscais |
| Relativa complacência com a Inflação | Sem complacência com a Inflação |

Fonte: Bresser-Pereira, 2010.

Essa constatação referente ao item 1 do que seria o velho e o novo desenvolvimentismo parece não se aplicar de fato, haja vista que houve sim uma preocupação pela ISI, porém tinha uma preocupação de se constituir mecanismos de crescimento sustentado nas exportações e a construção de um mercado interno.

“O desenvolvimento das exportações industriais, além de atacar o déficit virtual do intercâmbio, permitirá que aumente as vantagens da industrialização, ao corrigir seus defeitos. Isso diz respeito não só aos países em desenvolvimento que iniciaram esse processo e avançam nele, mas também aos demais, em especial aos países que surgiram no mundo ao se romper a ordem colonial” (Prebisch, 2011:479.)

O mesmo se refere ainda à necessidade de criar novas frentes de exportação, em especial para aqueles países que destinavam naquele momento mais de 40% de suas importações para com a aquisição de bens de capital. São análises de quem tinha muito claras as condições econômicas e sociais da região (Herrera, 1968).

Dentro dessa perspectiva, Herrera via como fato urgente a criação de fundo de integração com recursos dos próprios países sócios que tivessem como objetivo financiar o desenvolvimento regional. Essa ideia-força ainda hoje tem grande atualidade e pouca convergência política, dadas as reservas internacionais disponíveis e o que fazer com elas.

Essa necessidade de criação de um fundo tinha, na sua leitura, como objetivo específico e claro, “concorrer” para a

“promoção de exportação, a compensação de desequilíbrios transitórios nos balanços de pagamentos e o financiamento dos reajustes industriais e do treinamento de mão-de-obra” (Herrera, 1968:127).

A sua aspiração era de criar um mercado comum latino americano, desenvolvendo uma tecnologia de integração própria, em que muito se espelhava nos desdobramentos da Europa.

Percebemos que a visão desses autores tem um caráter muito mais complexo do que a simplificação do comparativo entre o ponto de velhos e novos desenvolvimentistas que se apresenta uma possível polemização.

Nesse sentido, destacamos abaixo alguns comentários referentes às ideias gerais do pensamento do novo e velho desenvolvimentismo.

No segundo item fica evidente uma questão de base teórica que choça com a própria leitura de Bresser-Pereira, ao destacar que esse novo desenvolvimentismo é um “misto” que contempla economistas desenvolvimentistas e keynesianos. Fica um ponto pouco claro sobre essa questão, em especial sobre a leitura keynesiana. Ferrari Filho (2006) escreve que:

“...ao contrário da teoria clássica que supõe ser a poupança imprescindível para a realização do investimento e, por conseguinte, o crescimento tanto da produção quanto do emprego, argumenta que poupança não precede o investimento” (Ferrari Filho, 2006:31).

Portanto, Bresser-Pereira deixa de perceber o fato de que a expansão econômica é dada pelo crédito e, portanto, flerta com o pensamento clássico.

Nesse sentido, Keynes escreve que:

“É comum um pensar que a riqueza acumulada no mundo tem sido construída a partir da abstinência dos indivíduos (...) Porém, parece óbvio que a abstinência não é a suficiente para construir cidades ou drenar campos (...) Ela é o [instrumento] no qual se observa uma melhora das worlds’s possessions (...) o que conduz os negócios não é a abstinência, mas o lucro” (Keynes apud Ferrari Filho, 2006:31).

Em relação ao terceiro ponto, realmente me parece pouco problemático para levantar essa questão. Em função do tempo histórico, a política industrial no começo da ISI era um cenário bem diferente de hoje, todavia, ao levantar a questão da doença holandesa, Bresser-Pereira coloca de maneira transversal a política industrial como tema central no debate, apesar da conjuntura histórica ser bem distinta.

Quando ao quarto item, a questão do déficit fiscal me parece pouco clara, tendo em vista que mesmo nos governos (neo)liberais essa questão ficou em aberto, apesar do grande esforço praticado em neutralizá-la. A preocupação do déficit está mais relacionada com a capacidade de pagamentos ou liquidez dos governos em relação ao mercado financeiro do que qualquer outra coisa em especial. Portanto, cai em uma zona bem complicada em se organizar o pensamento (novo)desenvolvimentista sobre a temática.

No que se refere ao quinto item, talvez esse seja o ponto que apresenta uma condição de análise mais comum. Não vemos, de forma geral, que exista uma tolerância dos “velhos” desenvolvimentistas com a inflação, pelo contrário, esses autores se debruçaram sobre a temática, as contribuições sobre o tema da inflação são no mínimo criativas, a partir do enfoque estruturalista (Pinto, 1978). A afirmação de tolerar a inflação não geraria um intenso debate sobre esse tema e mais sempre foi uma preocupação desvendar o fenômeno da inflação na América Latina, e mais um fenômeno particular como seu próprio desenvolvimento. Sobre esse tema Prebisch nos apresenta alguns elementos bem esclarecedores.

“É frequentemente atribuído a nós, economistas da Cepal, um certo pendor para a inflação, pois seríamos movidos pela convicção de que esse fenômeno é inevitável no desenvolvimento econômico latino americano. Nada poderia estar mais distante de pensar”. (Prebisch, 2011: 393).

O quesito inflação é dado por uma interpretação particular da mesma na América Latina e não por uma tolerância a mesma, a fluidez de combate da inflação dentro dos Governos não pode ser computado por uma orientação teórica dos “velhos desenvolvimentistas”, mas sim por pelas próprias decisões políticas de Governos.

IV. Conclusão

O que podemos notar é que de fato existe um momento muito particular na conjuntura econômica internacional que os países da América Latina, em especial aproveitem, o que podemos chamar de bonança macroeconômica, sem superar velhos problemas que permanecem ligados à macroeconomia dos recursos naturais e à dependência tecnológica.

Todavia, não podemos perder de vista que vários problemas ainda permanecem mesmo como política econômica, até certo ponto bem sucedida depois da crise dos anos noventa, baseada num câmbio flexível e capacidade de fazer políticas fiscais contracíclicas. Contudo, não vemos como consistente a construção do pensamento (novo)desenvolvimentista para constituir bases de sustentação de longo prazo das economias latino-americanas.

A apresentação dessas teses como face mais moderna do velho desenvolvimentismo não ajuda, justamente por se tratar de um debate político em as instituições sociais foram incorporadas aos conceitos mais liberais. A relação não é construir uma síntese entre o novo e o velho, mas estabelecer uma lógica dialética que não acaba ocorrendo nesse caso. É preciso romper de fato com o modelo e romper com esse modelo é muito mais do que constituir um conjunto de políticas macroeconômicas, é, antes de mais nada, entender a geopolítica atual e as próprias forças de mercado que estabelecem a agenda que por sua vez é construída pela dinâmica de sistema de produção e reprodução de mercadorias, muito convincente em eleger suas prioridades frente as prioridades nacionais.

A vulnerabilidade das nossas economias ainda é relevante e, para tanto, o avanço no debate teria que caminhar numa maior integração regional com uma capacidade de financiamento regional autônomo para superar a problemática do desenvolvimento regional. Assim poderíamos caminhar pelo financiamento por substituição internacional e não perdemos uma condição particular nesse momento.

Ainda que possamos ter um grande volume de divisas, as mesmas podem ser inócuas num futuro próximo e para tanto a resposta a ser dada é mais política. Haveria entre os países latinos americanos condição de articular um conjunto de ações que pudesse responder de maneira eficiente na utilização de recursos. O (novo) desenvolvimentismo não apresenta ideias políticas objetivas de integração e uma reflexão sobre a relação do continente latino americano com o resto do mundo, em especial com regiões da África e da Ásia.

Uma sinalização positiva sobre o papel a ser jogado pelas economias latino americanas seria nesse momento gerenciar as reservas internacionais disponíveis para investimentos em setores estratégicos para com o desenvolvimento da região. Outra ação importante seria a constituição um fundo atrelado as commodities, em outras palavras lançar papéis num mercado regional futuro

lastreados pelas commodities, a fim de garantir liquidez sem necessidade de exposição extrema no mercado internacional. Essa ação é muito mais política por parte dos países da América Latina do que essencialmente técnica.

O cenário político nesse atual momento é o mais favorável em muitos anos, contudo as respostas precisam ser construídas a partir de uma conjunção de ideias que extrapolem o campo da ciência econômico, capaz de integrar outras áreas das ciências sociais.

Esse seria um bom debate para nos conduzirmos para a integração e o desenvolvimento regional.

Bibliografia

- Bielschowsky, R., Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. Bielschowsky, R. (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Bresser-Pereira, L. C, Folha de São Paulo (19/09/2004).
- _____. O novo desenvolvimentismo e a economia convencional. São Paulo em Perspectiva, v 20, n° 03, P5-24, jul/set. 2006.
- _____. Do antigo ao novo desenvolvimento na América Latina. Artigo a ser publicado em livro organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2010.
- Bresser-Pereira, L. C, e Gala, P., Poupança Externa, insuficiência de demanda e baixo crescimento. In. Economia do desenvolvimento. Siscú, J & Vidotto, C. (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- Bresser-Pereira, L. C, e Gala, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo. Revista de Economia Política. Vol 30 n°04 SP. Out/Dez 2010.
- Carneiro, R.M., Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre América Latina. Serie macroeconomia Del desarrollo. N° 117. Cepal división de desarrollo econômico. Santiago, enero de 2012.
- Ferrari Filho, F., A Economia de Keynes e as proposições keynesianas de política econômica.(org) Teoria geral, setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana: Ferrari Filho, F. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2006.
- Ffrench-Davis, R., e Griffith-Jones, S. Os fluxos financeiros na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- Ffrench-Davis, Ricardo & Muñoz, Oscar & Palma, José Gabriel. As Economias Latino-Americanas, 1950-1990. En: Bethell, Leslie A América Latina pós 1930: história e sociedade. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, DF Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- Fiori, José L., A miséria do “novo desenvolvimentismo”. Valor Econômico. São Paulo, 30/11/2011.
- Furtado, C., A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.
- Girón, A., Obstáculo AL desarrollo y paradigma Del financiamiento em América Latina. In. Reforma Financeira em América Latina. Coordinado por Correa, E. Girón, A. 1° ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericana de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.
- Griffith Dawson, Frank, A Primeira Crise da Dívida Latino-Americana. São Paulo: Editora 34, 1998.
- Gurrieri, A., A Economia Política de Raúl Prebisch. In. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Org e introdução. Adolfo Gurrieri; Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado. RJ. 2011.
- Herrera, F., O Desenvolvimento da América Latina e seu financiamento. APEC Editora S.A, 1968.
- Hunt, E.K., A História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2° Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

- Kregel, J. Estabilidad Financiera Internacional, Flujos de Capital y Transferencias Netas los Países em Desarrollo. In. Reforma Financiera em América Latina. Coordinado por Correa, E. Girón, A., 1° ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericana de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.
- Ocampo, A macroeconomia da bonança econômica latino-americana. Revista Cepal. Número especial em português. 2007.
- Pinto, A. et al., Inflação recente no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- Prebisch, R., Por uma nova Política Comercial em Prol do Desenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Org e introdução. Adolfo Gurrieri; Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado. RJ. 2011.
- Prado J, C., Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira. São Paulo. 1954.
- Rodríguez, O., Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, 1981.
- Siscú, J. et al., Porque novo-desenvolvimentismo. Revista economía política, vol 27 n°04 (108), pp. 507-524. Out/ Dez/ 2007.
- Smith, A., A Riqueza das nações. São Paulo: Volume 1, Nova Cultural, 1988, coleção os economistas
- Soares, J.A.R., A Dívida Interna Brasileira: O processo de Renegociação entre a União e os Estados. O Caso de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Econômica. Puc/SP. São Paulo, 2005.
- Thorp, Rosemary, Progreso, pobreza y exclusión: una historia económica de América Latina en el siglo XX. Washington: BID, 1998.
- Webb, Richard, La influencia de las instituciones financieras internacionales y la industrialización mediante la política de substitución de importaciones p138-158. En: Cárdenas, Enrique & Ocampo, José Antonio & Thorp, Rosemary. El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económico. México, 2003.

<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp>